

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA <i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS) <i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i> <i>Ronaldo Bordin</i> <i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES <i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA <i>Cassiane Chais</i> <i>Jaime João Bettega</i> <i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i> <i>Oberdan Teles da Silva</i> <i>Paula Patrícia Ganzer</i> <i>Pelayo Munhoz Olea</i> <i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Neimy Batista da Silva</i> <i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i> <i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS <i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES <i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaella Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15	165
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170115	
CAPÍTULO 16	173
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170116	
CAPÍTULO 17	185
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170117	
CAPÍTULO 18	200
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170118	
CAPÍTULO 19	214
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170119	
CAPÍTULO 20	229
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170120	
CAPÍTULO 21	243
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170121	

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina

Joana Maria Pedro

Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina

RESUMO: Esse trabalho pretende entender a invenção da bunda feminina como um subproduto da cultura nacional, nos quais se inscrevem conflitos raciais, como a mestiçagem fruto do racismo científico e as políticas de eugenia. Apesar de várias manifestações brasileiras estarem amparadas no “baixo corporal” e na potência do corpo como ferramenta de expressão, a bunda feminina também é um discurso sobre a sexualidade da brasileira que é produzido ao longo da história por instituições, símbolos, representações etc. Assim, esse artigo pretende pontuar alguns discursos que possibilitaram a invenção da bunda feminina como parte da cultura nacional, particularmente dialogando com políticas nacionais dos anos 60 e 70, sobre as quais encontram ressonância nas ideias das obras de Gilberto Freyre e na redefinição do mercado de bens simbólicos e ascensão do neoliberalismo.

PALAVRAS-CHAVE: bunda; raça; cultura

nacional.

ABSTRACT: This work intends to understand the invention of the female butt as a product of the national culture, in which are inscribed racial conflicts, such as mestizaje resulting from scientific racism and eugenics policies. Although several Brazilian manifestations are supported in the “lower stratum” and in the potency of the body as a tool of expression, the female butt is also a speech about Brazilian sexuality that is produced throughout history by institutions, symbols, representations, etc. Thus, this article intends to show some discourses that made possible the invention of the female butt as part of the national culture, particularly in dialogue with national policies of the 60s and 70s, based on the ideas of Gilberto Freyre, the redefinition of the market of symbolic goods, and the rise of neoliberalism.

KEYWORDS: butt; race; national culture.

Assento, padaria, posterior, jaca, traseiro, bumbum, nádegas, glúteos, rabo, poupança, ou simplesmente bunda. Mas afinal, o que é a bunda? Marco Aurélio Luz (2008) relata que a origem da palavra bunda se desdobra de um povo bantu, os chamados Mbundo. “Mbunda” foi trazida pelos primeiros negros escravizados do século XV, falantes do Quicongo (língua ainda falada em algumas regiões de Angola). Segundo o Museu da Língua Portuguesa “acredita-se que a conotação indelicada dada a essa expressão está justamente por sua origem não europeia e pelo preconceito com a exposição da nudez na sociedade portuguesa da época”.

Emmanuel de Jesus Saraiva no livro “A Influência Africana na Cultura Brasileira” (2016) mostra que os colonos portugueses incorporaram especialmente os palavrões do quimbundo. Esses palavrões eram utilizados, sobretudo, com o fim de diminuir as mulheres negras uma vez que eram tratadas por muitos deles como seres necessariamente disponíveis para o sexo. Hoje em dia, apagada de seu contexto original, a bunda mudou de sentido. Apesar disso, foi incorporada a língua portuguesa, tão diferente do português de Portugal, uma vez que recorre a expressões de culturas africanas diversas.

Para Luz (op. cit.) o povo Ndongo que hoje corresponde a Angola, no início da colonização tinham uma icônica rainha, Nzinga, apagada da história oficial branco-burguesa, mas presente na memória das tradições afro-brasileiras no ciclo das congadas. Ela foi um exemplo de luta e resistência quando trabalhou pelo fim do tráfico escravo, e pela independência de Ndongo. Foi uma negociadora e diplomata que lutou pela busca da paz com soberania. Dos diálogos que travou, dos trânsitos e diásporas que lhe ascenderam e sucederam, nasceram no Brasil os primeiros movimentos de ginga, da capoeira. Nas congadas, coroamos o Rei do Kongo e a Rainha Nzinga, traduzindo a chegada do cristianismo no Brasil e a Angola.

A amefricanização do Brasil (GONZALEZ, 1988a, 1988b) é profundamente influenciada pelo simbolismo religioso das diásporas africanas. A dimensão da sexualidade, prazer, nutrição, circulação e evacuação também caracterizam a dimensão do poder do orixá *Esu*, que na tradição Nagô se apresenta especificamente como *Esu Bará*, o rei do corpo. Na tradição Nagô, a cabeça não pode existir sem completar as funções do ânus (LUZ, op. cit.). Assim, a influência das culturas africanas define um sistema de representação influenciado pela tradição religiosa, que se apoiam no baixo corporal (BAKTHIN, 2010) das pernas, quadris, ânus e claro, da bunda. Baixo corporal é um conceito presente no livro “*Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*” de Bakhtin. De acordo com o autora ideia diz respeito as partes baixas do corpo que reúnem as condições para a produção do escárnio, da depreciação e da baixez. Assim, o ventre, o ânus, a bunda, a vulva, o pênis assumem designações pejorativas, sarcásticas, para produzir ora o gracejo, ora a depreciação, ou até a agressão. O que esses órgãos produzem também assumem essas funções. As fezes os gases, o esperma, por exemplo, recebem outras designações pejorativas. É fato, como aponta Rocha (2012), que existem inúmeras representações do baixo corporal na

cultura brasileira dos quais foram incorporadas como parte da simbologia nacional. Ao contrário do processo de disciplinarização do corpo nas sociedades de tradição anglo-saxãs, a cultura popular no Brasil para Rocha (*idem*), não se domesticou inteiramente. As origens do “corpo malandro” podem ser vistas e celebradas nos festejos, tipos e narrativas folclóricas, nas manifestações culturais populares tais como às danças, os rituais de sociabilidade, as modas, através das novas interpretações realizadas pela indústria cultural. Deste modo, observamos o baixo corporal atravessando nosso cotidiano, nele são contadas e recontadas histórias. Ele está presente na literatura, na mídia e na cultura popular.

O pretoguês (GONZALEZ, op. cit.) e muitos de nossos hábitos refletem esses valores. É através do corpo que Èsù deve ser entendido como força porque é no corpo que ele se inscreve como potência de criação e transfiguração “constituindo no corpo, e com o corpo, uma relação de imanência que permite considerá-lo como princípio de interação, comunicação e organização processual das forças em fluxo no devir” (SANTOS, 2013, p.81). O baraperspectivismo (HOUNTONDJI, 1996) é um conceito que surge de uma interpretação do simbolismo dos mitos de Èsù *Bara*. Rodrigo Santos (2016) retoma a discussão mostrando sobre o que se baseia e como a potência desse pensamento se define pelo menos em três concepções: artística, política e ética. O autor sinaliza a crítica a racionalidade conceitual que destituiu o poder do povo preto, animalizando-os, autorizando a escravidão e o colonialismo. Esse pensamento opõe Bará (o rei do corpo) ao *logos* (razão). A afirmação dessa teoria para o autor se impõe enquanto vontade e que, ainda, se expressa através da comunicação, do gesto, da escuta, da fala, da palavra, e finalmente como poder da criação e da transfiguração – desempenhando para a filosofia o papel conceitual associado princípio do *lógos*, que se localiza no centro de toda a história da filosofia ocidental. Nessa perspectiva, os mitos, as “linguagens” tem sua potência extraída dos corpos de pretos sua principal “força propulsora”. Santos observa a partir de Tempels, o ideal da alma bantu como um sentimento de totalidade de forças, ou seja, sua potência de transformação do caos em um ideal estético.

Paralelamente a potência criadora do corpo de *Esú Bara* que é incorporada em diversas manifestações artísticas e religiosas, observa-se também o racismo estrutural, a negação de alteridade, os mecanismos de defesa na objetivação do outro - projetados como seres humanos estranhos, não semelhantes e, portanto, passíveis de manipulação e exploração. Desta forma, a hierarquia da colonialidade do gênero (LUGONES, 2005) e do poder (QUIJANO, 2008) produziu uma sensualidade gendrada e racializada no Brasil. Por outro lado, existe uma exploração descontextualizada da imagem erótica e exótica da bunda, nas artes, na pintura, na escultura, na literatura, na indústria cultural: na produção musical, na dança, no show-business, etc. Na complexidade que a recria de tempos em tempos: em modas, funks, sarradas, axés, musas, cirurgias, carnavais. A bunda é expressão de uma cultura visual, inscrita em hierarquias interseccionais que retratam o espetáculo nacional através de uma política

visual. A bunda que serve de metáfora para o sexo, também toma parte no racismo científico que em métricas, tamanhos e formas que produziram a inferioridade das mulheres negras, legitimando-as como “classes degeneradas”.

Para Quijano (2005) a “colonialidade de poder” reforça e alimenta a dominação de homens sobre mulheres uma vez que vão além da dominação racial, pois se trata de um sistema de poder que aborda o controle do acesso sexual, a autoridade coletiva, o trabalho, a subjetividade, a produção do conhecimento. Lugones (2008) realiza várias críticas ao sociólogo Aníbal Quijano, ao deixar de lado a perspectiva de análise do gênero e apenas alocar sexo como sinônimo de gênero, sem problematizar essa questão em seus escritos e reflexões sobre a sociedade, permite que seus apontamentos sejam pautados em análises patriarcais e heterossexuais, o que não viabiliza análises históricas que visem a crítica social. A partir disso, ela propõe o sistema moderno/colonial de gênero, o qual sugere que os estudos devam-se pautar em análises interseccionais a partir do capitalismo eurocentrado global, pois assim permitiria uma compreensão das relações de poder sobre as mulheres e entre as mulheres (ela também realiza críticas ao feminismo das mulheres brancas e burguesas que desconsideram a opressão das mulheres negras) e do mesmo modo, possibilite o reconhecimento e a crítica as diferentes hierarquias de poder que se estabelecem na cartografia social. Desse modo, a colonialidade de gênero é também um sistema de binariedades e dominação que se sustentam no capitalismo moderno, mas para isso, partem da colonialidade e dos processos de sujeição dos povos colonizados.

Deste modo, a partir das sujeições em termos de gênero, sexualidade, subjetividade, autoridade e trabalho que permearam o mundo colonial onde foram produzidas hierarquias que animalizaram o corpo da mulher negra. Já que dentro desse quadro de representações entre norte e sul, essas diferenças são marcadas por esses limites etno-raciais. Autoras como Shohat (1992); MacKlinton, (1992); Mohanty, (1991), apontam para as desigualdades que emergem a partir das nacionalidades. Os trabalhos de Adriana Piscitelli (2008; 2007) trazem a experiência de migrantes e viajantes brasileiras que são influenciadas através da intersecção das noções de gênero, sexualidade, raça, etnicidade e nacionalidade, já que por serem brasileiras já são sexualizadas e racializadas em sua feminilidade.

O estupro foi uma das práticas de poder do colonialismo e do racismo, já que as relações econômicas e políticas também são conformadas em termos do sexo, visto que são dominadas e realizadas através da sexualidade. Esse sistema de práticas que é global e regional não são somente um mito, ou uma metáfora do real, posto que abrangem um sistema de práticas políticas e econômicas já existente entre essas nações (TADIAR, 1993). Como lembra Anne McClintock (1995), as narrativas de viajantes europeus pelas Américas, África, Ásia que eram cercadas de visões sobre a sexualidade exagerada dos povos que aqui habitavam, evocando o que a autora chama de “erótica da violação”. A práxis da violência sexual nas colônias estabelece a ideologia de que os corpos indígenas e negros são naturalmente violáveis, segundo

afirma Smith (2014).

As narrativas que acompanham a história do Brasil, não são diferentes dessas, uma vez que a bunda é parte desse sistema de poder que pretende através dos corpos, ampliar o domínio do invasor branco através de um sistema de coerções. Sobretudo porque há uma associação binária da feminilidade branca e burguesa e do imaginário que atravessa a animalidade dos corpos das mulheres negras, tornadas no processo de mestiçagem mulatas, símbolo nacional que conforma a hierarquização da colonialidade de gênero, produzindo uma sensualidade pornográfica, no qual a bunda será metáfora dessa sexualidade nacional gendrada e racializada.

As elites brasileiras no final do século XIX e início do século XX, com o fim do sistema escravista (1988) passam a problematizar a existência de ex-escravas e escravos negros, que agora estariam livres. Como eram presentes na sociedade brasileira era importante transformá-los em parte formadora da nação e da identidade nacional. Como em muitos países colonizados as respostas para tais questões estariam na ciência europeia ocidental já que ela pretendia entender como se constituía a diversidade racial. As inquietações das elites dominantes voltavam-se para a influência negativa que a presença dos negros poderia resultar na identidade étnica do país.

Ao mesmo tempo em que o Brasil consolidava sua imagem oficial como uma nação mestiça, o racismo científico condenava a “degeneração” das raças, termo atribuído por Cornetluis de Pawn no qual justificava uma hierarquia natural entre as diferentes espécies da humanidade. A verdade é que a ciência produziu as mais diferentes teorias para justificar a inferioridade. Duas grandes teorias separavam ou uniam diferentes autorxs na época. Uma delas, a visão monogenista, era majoritária até meados do século XIX e entendia que a humanidade era uma, conforme sinalizavam as escrituras bíblicas. O ser humano teria se originado, como produto do maior ou menor grau de degeneração ou perfeição em relação ao Éden, sem prever uma noção única de evolução. Havia também uma concepção divergente a essa, a hipótese poligenista, que encontrava sentido na crescente elaboração das ciências biológicas e especialmente, da contestação à visão monogenista da Igreja. Para a corrente poligenista haveria vários centros de criação que correspondiam às diferenças raciais. Consequentemente, se fortalecia a interpretação biológica na análise de comportamentos que se tornam resultados das leis biológicas e naturais (SCHWARCZ, 2017 p. 64).

Andrés Ratzius em meados do século XIX produziu estudos quantitativos sobre as variedades do cérebro humano, por conseguinte se afastando dos modelos humanistas e traçando possibilidades entre interior e exterior, corpo e alma. Seguindo essa linhagem determinista algumas teorias procuravam entender a natureza biológica das espécies e seu comportamento criminoso. Surge a antropologia criminal, cujo maior expoente é Cesare Lombroso. A argumentação principal dessa vertente é entender a criminalidade como um fenômeno físico e hereditário e assim, detectá-lo em diferentes sociedades. Os estudos da Antropologia tem origem direta nas ciências biológicas e

físicas, sobretudo dedicando-se as técnicas e teorias da craniometria, enquanto os estudos etnológicos estiveram mais associados às teorias de orientação humanista de tradição monogenista. As teorias de análise de crânios inferiam a interrelação entre inferioridade física e mental. A ideia era reconstruir “tipos” ou “raças puras” uma vez que a miscigenação era condenada.

Simultaneamente as ideias eugenistas que conduzem o debate público e as políticas nacionais, o Brasil continua sendo o paraíso dos viajantes naturalistas que encontravam aqui não só fauna e flora diversificada, mas especialmente uma composição racial ampla. De um lado o tema racial (miscigenação) é o argumento central que se pensa o projeto nacional, por outro, instucionaliza-se museus, faculdades de medicina e direito, institutos, todos amparados em doutrinas que de um jeito ou de outro baseavam-se no racismo científico. Como o Brasil enquanto país assumidamente mestiço, poderia adotar teorias que desqualificassem a própria composição nacional? Como mostra Lilia Schwarcz (2016) as teorias importadas que chegam aqui são selecionadas e não incorporadas tão somente. A história brasileira foi construída em cima das disputas de grupos regionais influentes. O fato, é que a solução para o Brasil era a eugenia.

Segundo Munanga (1999), a mestiçagem foi principalmente debatida, no campo da intelectualidade, desde a primeira República por: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, etc. Apesar das diferenças de pontos de vistas, todos os autores citados tinham por objetivo formular teoricamente uma teoria do tipo ético brasileira, buscando defini-lo enquanto povo e enquanto país.

Dentre os autores em questão Gilberto Freyre (1950) narra em Casa Grande e Senzala a história social do mundo agrário e escravista do nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII. O cenário que se passa o livro aborda a economia do latifúndio de monocultivo da cana de açúcar onde havia poucas mulheres brancas. Para o autor, daí surge à necessidade de aproximação sexual dos senhores brancos com as escravas negras e as indígenas, que mesmo pautada em uma relação de poder entre os senhores e as escravas, não impediu a confraternização entre ambos. Ignorando as violências que são conhecidas provenientes da hierarquia desse contato, para Freyre havia uma flexibilidade natural do português que facilitava a aproximação entre as escravas e o senhor. Deste modo, ele atribui a origem histórica da miscigenação que diminuiria a distancia entre a casa grande e senzala, opondo-se ao processo de aristocratização que é fruto da monocultura, do latifúndio escravocrata.

Segundo o autor, a plasticidade da relação entre a negra, a índia e o homem branco deu origem às misturas étnicas. Mas, além disso, houve também uma mestiçagem no campo cultural, nasceu também o mito da “democracia racial”. Para Munanga (1999), este mito é baseado na dupla mestiçagem: a iniológica e a cultural que abrange as três principais raças originárias e permite entender que havia uma convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, que possibilitou às

elites de falsear as desigualdades e negar o acesso à consciência das comunidades não brancas em relação aos mecanismos de exclusão do qual são parte. Segundo Freyre, o maior fator da colonização era a família patriarcal e o princípio da autoridade, da coesão e da obediência. Esse modelo ideal de família poderia limitar o desespero da pluralidade racial e conformar a todos com a democracia racial, já que as poucas mulheres brancas não permitia de fato, a formação de uma desejada aristocracia distintamente portuguesa. Como sinaliza Freyre “independente da falta ou escassez de mulher branca o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica” (idem p.255). Isso se daria porque o povo português apresentaria uma maior plasticidade social frente a outros povos europeus.

O interesse sexual esteve sempre submetido às preferências do colonizador branco, como lembra Munanga. Para Freyre, ao estabelecer-se no país desenvolveu um gosto pelas mulheres não europeias que atendiam perfeitamente seus instintos. Nota-se em sua obra a centralidade da mulata como a preferida para satisfazer os desejos do homem-branco. Há, portanto, uma construção da mulata como o modelo “verdadeiro” da mulher brasileira, com curvas acentuadas, sedutiva, atravessando os trabalhos de Freyre, por essa razão a importância de pensar esse sistema simbólico que envolve a mestiçagem a partir da sua obra.

Estudos como os de Giacomini (1994) vão problematizar as concepções acerca da constituição da mulata como signo da identidade nacional. De acordo com essa autora, a mulher mulata aparece em contraposição à mulher negra, sendo essa última um elemento representativo da África, ao passo que a outra surge como um resultado positivo da miscigenação, uma verdadeira “síntese da brasilidade” (idem). Elemento agregador entre diferentes povos, a mulata estreita os contatos entre opostos, favorecendo laços com o “outro”. Como representante preferencial do samba e de tudo que é genuinamente brasileiro ela reitera o estereótipo da mulher sensual, sedutora, disponível que já era presente em Freyre.

A capacidade de envolver o homem branco (conquistador colonial) será evidenciada como conquista amorosa. Nisso reside o simbolismo da democracia racial, pois omite e inverte a dominação na qual esteve submetida à mulher negra. A questão que se coloca é: a mudança de status de mulher negra para mulata sedutora, segundo o olhar do homem branco, vai restabelecer a relação de poder, dominação que é racial e sexual, visto que será consequência dos atributos naturais da mulher mulata (negra). Assim, a crítica está exatamente na produção de estereótipos que reforçam a democracia racial e omite nosso passado de violências da escravidão.

Isso teria mobilizado estereótipos em relação à mulher não europeia, já que eram tidas como mais próximas à natureza. Freyre vai relatar o processo de colonização e omitindo as violências sexuais, e salientando a bunda como parte desse sistema de poder patriarcal que pretender através dos corpos ampliar seus domínios. Assim, a bunda se torna uma metáfora da sexualidade “lasciva” da mulher negra, que funda um país forjado pelos intercursos sexuais marcados pela dominação do homem branco em

relação às mulheres indígenas e negras, projeto vinculado ao domínio da colonidade de poder, saber e gênero que vão hierarquizar as relações entre homens e mulheres e entre mulheres e mulheres, como é mencionado no texto de Freyre, referindo-se as mulheres brancas casadas com “senhores” que teriam “ciúmes de esposas ciosas de seus direitos conjugais” (NOGUEIRA s/data APUD FREYRE 1984). A mulata construída por Freyre como um símbolo nacional no artigo publicado em 1984 na Revista Playboy, intitulado “Uma paixão nacional”, representa a sexualidade racializada da mulher negra brasileira através da bunda, ideia que encontra ressonância nas políticas nacionais na ditadura militar dos anos 60 a 80, onde a bunda se torna um subproduto das políticas neoliberais que se ampliam na abertura de novos mercados e no fortalecimento da indústria cultural.

AS POLITICAS NACIONAIS DOS ANOS 60 E 70

Nos anos 60 e 70, a expressão de novas relações entre estética e capitalismo resignificaram a produção do prazer na era de comunicação audiovisual e consumo visual. A bunda inscreve-se como linguagem do folclore (quando associada ao Carnaval) e do turismo, transformando-se num subproduto do espetáculo de massa. Os espetáculos de massa criados pelas políticas desse período foram baseados na folclorização da influência do baraperspectivismo (op. cit). Isso acontece especialmente através das políticas de turismo e de patrimônio (onde o Carnaval vai ter uma importância central) - que por um lado mercantiliza e sincretiza a visão do mundo de Esú Bara e por outro constrói na cultura popular elementos de reconhecimento e significado social que vão permitir a consolidação do corpo como cosmovisão Bará.

Nesta fase consolidam-se grandes conglomerados de comunicação de massa como a TV Globo, a Editora Abril. Observa-se não só uma expansão em relação às telecomunicações, mas também a indústria do disco e o mercado editorial. Enquanto a ditadura militar brasileira através de seus instrumentos e políticas de espionagem censura e tortura, tomavam o corpo, gênero e a sexualidade como expressões de fidelidade nacional. Apesar do rígido controle em relação ao corpo e ao sexo que foram impostas pelos militares, nesse mesmo período, observa-se a implementação oficial da pornografia no Brasil através da revista do Homem, versão nacional não autorizada da Playboy estadunidense . E também, claro, através da vasta produção no gênero pornochanchada realizados pela EMBRAFILME, o que permitiu ao Brasil ao uma guinada estética ao *soft porn*. Mesmo com as inconsistências entre os ultraconservadores de direita e seus limites em relação à circulação e produção da pornografia (COWAN, 2016), havia na proposta política da pornochanchada a reiteração moral do conservadorismo, através da punição sexual aos desvios convertendo tudo em “finais felizes”.

Aliado a novas práticas de consumo visual, a gramática nacional de Gilberto

Freyre encontrará ressonância nas expectativas do Estado militar. A narrativa ficcional da domesticidade hipersexual do “senhor”, será resignificada na era da tecnologia audiovisual e bioquímica do capitalismo da Guerra Fria: a farmacopornografia (PRECIADO, 2010), ou seja, um momento do capitalismo em que as fontes de produção eram o prazer e a comunicação audiovisual se integram. O corpo e a sexualidade são atravessadas pelos fármacos, hormônios, pílulas e pelas próteses ciborgues – através de cirurgias estéticas, além de novos materiais sintéticos tais como os fios de nylon que permitiram a popularização dos biquínis tipo tanga e fio dental. Dando continuidade a uma batalha estética que se passa entre a produção audiovisual, a informação turística e objetos de consumo.

Nos anos 70 a implementação do que Bourdieu chamaria de “mercado de bens simbólicos” no Brasil expande a produção, recepção e circulação de produtos multimídias. O Estado investe na construção de uma corporalidade brasileira dentro de um sistema de representações que vão envolver a mídia (que era controlada pelo Estado), a literatura e a cultura popular, como vemos em Freyre, através da abordagem da bunda vinculada a uma tradição “patriarcal” associada à sexualização da mulata, mas que vai ser resignificada como subproduto do mercado que era amparado em políticas que favoreciam o consumo das classes médias. Ou seja, a bunda feminina será incorporada pelo mercado moda praia, do prêt-à-porter, cosmético, o turismo sexual, de cirurgia estética, como elemento central na performance da feminilidade nacional, voltando suas estratégias de mercado especialmente para as classes medias brancas urbanas. O que de certa forma, permitiu que a bunda feminina fosse associada ao consumo, através da narrativa da busca das formas perfeitas, ao combate as gorduras e como diz Iara Beleli (2007):

Os corpos femininos – ‘figurinhas carimbadas’, algumas vezes literalmente, na publicidade – são expostos como um ‘patrimônio’, um capital cultural que suplanta a inteligência, a competência, atributos tidos como constituidores de masculinidade. A bunda é um alvo preferencial na propaganda, particularmente no Brasil. (p. 10)

No momento em que a economia brasileira cria um mercado de bens materiais, paralelamente se configura também um mercado de bens simbólicos na área da cultura (ORTIZ, 2012). O que define esse mercado no período posterior a 1964 é o seu volume e dimensão. Diferente das produções culturais da década de 1930 que penetravam um número restrito de pessoas. Na década de 1960, se tornaram muito diferenciadas e atingiram um público consumidor cada vez maior. Entretanto, dada à extensão desse mercado diferenciado e nacional, coloca ao Estado o problema da “integração”. A ideia de integração nacional é inventada pela ideologia de Segurança Nacional. Inspirados pela leitura *durkheimiana* que apresenta a necessidade da cultura funcional como base da solidariedade orgânica da Nação ao definir a integridade nacional como “comunidade” no Manual da Escola Superior e Guerra. Esta ideia de integração trabalhada pelo pensamento autoritário serve de fundamento para a

política que orienta os objetivos nacionais. É partir do estímulo a cultura como meio de integração, mas sob o controle do Estado, que essa política se aplica.

Deste modo, as ações do governo são centralizadas ao redor do Poder Nacional e adquirem um caráter sistêmico. Assim, consolidam-se um Sistema Nacional de Turismo em 1967 e um Sistema Nacional de Telecomunicações que integram o Plano Nacional de Cultura. O interessante na constituição deste Plano é que ele detém também uma base que será vinculada a uma série de ações que serão desenvolvidas pelo Estado. Apesar do caráter repressor de da forte repressão política e ideológica, inaugura-se também a emergência de um mercado dominado tanto por empresas privadas como instituições do governo. A ascensão da classe média e a concentração da população em grandes centros urbanos criam a possibilidade de despontar um mercado de bens simbólicos que são consumidos por um público cada vez maior. O período de 1964 - 1980 há um considerável aumento da produção, da circulação e recepção de bens culturais.

Em relação à imprensa e o aumento considerável no processo de expansão. Em 1960 a tiragem de periódicos diários era de 3.951.584 e de não diários 4.213.802. Em 1976 ela passa para 1.272,901. 104 diários e 149.415,690 não diários segundo Ortiz (op. cit). O mercado adquire então proporções internacionais. Em 1975 a televisão é o nono mercado do mundo, o do disco o quinto e a publicidade o sexto em 1976. Os novos veículos de comunicação representam a reorganização do empresariado brasileiro. Embora o rádio seja a mídia mais utilizada, entre 1960 e 1970, para a grande maioria da população brasileira, esse veículo de comunicação já contava com uma concorrência poderosa da televisão, que já possuía muito investimento em publicidade. Em 1951, só existia a TV Tupi, “o Brasil tinha cerca de 3.500 aparelhos televisivos, passando para aproximadamente 1,8 milhão em 1959, momento em que a Tupi já concorria com a TV Record de São Paulo. 1962, as verbas de publicidade destinadas à televisão passaram de 8% para 24%” (NAPOLITANO, 2001, p. 86).

Portanto, analisar a participação do Estado na esfera da cultura é também inseri-lo no processo de desenvolvimento brasileiro já que o Estado é um elemento central na sistematização e dinâmica desse mercado. Assim como o mercado atua também a partir do desenvolvimento de políticas criadas pelo Estado. À medida que as riquezas se concentram nos grandes centros urbanos e reproduzem as diferenças entre regiões e a divisão do trabalho há também o crescimento desse mercado de bens simbólicos que ao passo das consolidações das indústrias culturais, reorganiza também a política estatal no que se refere à cultura.

A Política Nacional de Turismo harmonizava-se com a política nacional de desenvolvimento com a abertura da EMBRATUR, Empresa Brasileira de Turismo: “o melhor conhecimento recíproco entre os povos, a importância econômica — o turismo era então a segunda atividade econômica mundial, superada apenas pelo petróleo — e a condicionante social e cultural”. Ou seja, o Estado entendia o turismo como instrumento de autoconhecimento dos povos e de seu patrimônio natural e

cultural, portanto sua preservação se justificaria a fim de não “perder” a identidade nacional. Para Alfonso (2006), o turismo representa fator de primeiro plano no processo de equilíbrio social e da integração nacional. No ano de 1973 foi criada a Assessoria para Assuntos Internacionais da EMBRATUR, que tinha como um de seus objetivos - organizar e coordenar a participação da Empresa na *Brazil Export 1973*, que consistiam em espetáculos, e shows que tinham como pano de fundo os cenários mais icônicos do Rio de Janeiro, como o Arpoador e o Pão de Açúcar, que serviam como molduras para as belezas das mulatas. Além disso, a EMBRATUR buscava se estabelecer internacionalmente e entrar no mercado turístico europeu (idem). Deste modo, realizam-se alguns congressos internacionais sobre o turismo no Brasil, com o objetivo de estabelecer uma imagem de que o produto brasileiro seria “rentável e estruturado”, não somente para os turistas, mas também para os investidores. A *Brazil Export* e a EMBRATUR utilizavam amplamente os discursos de “brasilidade” construídos em símbolos como o samba, o carnaval, a bunda e a mulata (PENNA, 2013) a partir dos quais podemos observar:

O mercado da moda praia expande enormemente graças a popularização dos fios sintéticos permite a ampliação e a versatilidade do vestuário, o que possibilita o mercado do prêt-à-porter de instalar-se em condições favoráveis. Tamanho o impacto da introdução desses fios sintéticos que (CARDOSO DE MELLO e NOVAIS, 2000, p. 507) chamariam de “revolução do vestuário”, já que o acesso às fibras naturais barateou o produto e se tornou mais acessível à classe média, permitindo que o que era usado se transformasse radicalmente, tendo em vista que o mercado da moda era relativamente recente no Brasil. A implantação dos fios sintéticos é substancialmente influenciada pela Rhodia, que partindo de uma grande campanha publicitária que garantiu uma fatia no mercado ainda pretendia conceituar uma “moda nacional” com qualidade internacional, além de vender seus produtos e marcas (BONADIO, 2009).

A tanga nos anos 70 e o fio dental nos anos 80, se tornou principal uma peça central na construção dessa corporalidade brasileira. Assim, as imagens da bunda, que circulavam na expansão da indústria cultural, estetizam a sociedade brasileira pela sua abrangência e penetração se tornando uma imagem do cotidiano, estampando os editoriais de moda e transformando a modelagem das roupas e a performance corporal exigida.

Assim, é a partir da reformulação do mercado de bens simbólicos, associado a uma política de Estado mediada por intelectuais tais como Gilberto Freyre que reafirmam uma corporalidade feminina ideal, cuja origem está na ideia de mestiçagem e na omissão da violência à mulher negra como caminho a formação da nação, e a ritualização e resgate da bunda como subproduto da cultura popular através das danças, músicas e especialmente do Carnaval que se constrói um imaginário do Brasil através do consumo visual, como uma marca, um modelo a ser seguido.

O artigo de Gilberto Freyre publicado em 1984 pretende reiterar a memória nacional a partir de uma memória “popular” na qual a bunda cumpre seu papel,

enquanto símbolo da sexualidade exagerada das mulatas. Essa memória coletiva pode ser traduzida em um esforço de celebrações sucessivas. Assim, segundo o autor, “O grande número de mulheres brasileiras, a miscigenação pode-se sugerir ter dado ritmos de andar e, portanto, de flexões de corpo, susceptíveis de serem considerados afrodisíacos” (NOGUEIRA APUD FREYRE, 1984 op. cit.). Exemplo, disso é o “templo do samba”, a passarela chamada de Sapucaí, onde acontecem os desfiles das escolas de samba no Carnaval brasileiro. Inaugurada em 1984, a passarela possui na Praça da Apoteose, há grande arco criado pelo celebre arquiteto Oscar Niemeyer, que conforma uma imagem de uma bunda. Dessa forma, a memória coletiva se manifesta ritualmente, todos os anos ao entrar na avenida. Existe então a teatralização da bunda como um aspecto da ordem da “cultura popular” parte da tradição, que aproxima a um mito fundador da própria sociedade brasileira.

Esse subproduto nacional acompanha nossas práticas cotidianas já que o processo histórico e antropológico nos fornece elementos para pensar como o “baixo corporal” faz parte da nossa cosmologia, ou de uma carnavalização da sociedade brasileira. Dos anos 60 e 70 para cá, reinventamos a bunda como parte da “feminilidade brasileira”, cantamos e dançamos em inúmeras expressões diferentes, revivemos e aprendemos sobre a cultura nacional, acreditando que nossas formas e escolhas estão submetidas a tradições que fazem parte da natureza do nosso povo. Passeamos com Raimundas e seguramos o Tchan do mito da democracia racial (da loirinha, da moreninha) contando desde o Japão até o Egito sobre nosso corpo e nossa cultura. Cantamos as Raimundas para que elas não saiam nunca de nós: a ancestralidade de mulheres negras, tornadas mulatas cujos corpos invadidos, transformaram-se na expressão de um país, traduzido em corpo, sistematizado por um mercado, ou em corpo como capital, para que hoje possamos resignificar sua história como canção da nossa liberdade, ainda que distante.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, Louise Prado. **EMBRATUR: Formadora de imagens da nação brasileira**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz. Campinas 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**; tradução de. Yara Frateschi Vieira. - São Paulo.2010.

BELELI, Iara. **Corpo e identidade na propaganda**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(1): 193-215, janeiro-abril/ 2007. Acesso dia 01/05/2015

BONADIO, Maria Claudia. **O fio sintético é um show! Moda, política e publicidade; Rhodia S.A. 1960-1970**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Vera Hercília (Vavy) Pacheco Borges.

- CARDOSO DE MELLO, J. M. e NOVAIS, F. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4. Companhia das Letras, 2000.
- COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Nacional/ Edusp, 1987.
- COWAN, Benjamin. **Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War in Brazil**. University North Carolina Press . Chapel Hill. 2016
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia rural**. Rio de Janeiro: Jorge Olympio, 1950.
- GIACOMINI, Sonia. **Beleza mulata e beleza negra**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n. especial, p. 217-227, 1994.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro Tempo Brasileiro Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N°. 92/93 (jan./jun.). 1988^a
- _____. Nany: **Pilar da Amefricanidade**: in Revista das Humanidades, n17, Brasília, Editora da UNB, 1988b
- HOUNTONDJI, Paulin. **African philosophy. Myth and reality**. 2ª Edição. Tradução de Henri Evans. Bloomington e Indianapolis, Indiana University Press, 1996.
- LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tábula Rasa**, n. 9, jul-dec. 2008, Bogotá - Colombia. <http://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf> Acesso dia 01/05/2014
- LUZ, MA. **Cultura negra em tempos pós-modernos** [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- McKLINTOCK, Anne. **Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest**. Routledge, 1995.
- McKLINTOCK, Anne. **The Angel of Progress: Pitfalls of the term “pos-colonialism”**. *Social text*, n. 31/32, *Third World and Post-Colonial Issues*, p. 84-98, 1992.
- MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes: **Third World Women and the Politics of Feminism**, Indiana University Press, p. 51-80, 1991.
- SHOHAT, Ella. Notes on the “Post-Colonial”, *Social Text*, n. 31/32, *Third World and Post-Colonial Issues*, p. 99-113, 1992.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópoles. Rio de Janeiro. Vozes. 1999.
- NAPOLITANO, M. **Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)**, São Paulo: Annablume, 2001, p. 86).
- NOGUEIRA JR, Arnaldo. **Bunda. Paixão Nacional**. *Revista Playboy* n°. 113, de dezembro/1984. Disponível em www.releituras.com/gilbertofreyre_bunda.asp. Acesso dia 06/01/2017.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PENNA Gabriele. **Imagens da mulata: sensualidade nos figurinos de Alceu Penna para Brazil Export (1972)**. 9º Coloquio de moda. 6ª Edição Internacional 2013. Disponível em http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/9-Coloquio-de-Moda_2013/ARTIGOS-DE-GT/Artigo-GT-Moda-Cultura-e-Historicidade/Imagens . Acesso 01/05/2013. Acesso dia 24/11/2014.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

_____, Adriana. **Brasileiras na indústria transnacional do sexo**, *Nuevo Mundo Nuevos Mundos*, 7. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document3744.html> , 2007.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Pornotopia. Arquitectura y sexualidade em “Playboy” durante la guerra fria**. Editora Anagrama. Barcelona. 2010.

QUIJANO, Aníbal. **“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”**. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Colonialidade do poder como meio de conhecimento: em torno de seus limites e potencialidades explicativas Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

RAGO, Margareth. **Sexualidade e identidade na historiografia brasileira**. In. LOYOLA, Maria Andreia. *A sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 175-200.

RIVRON, Vassili. *Le goût de ces choses bien à nous - la valorisation de la samba comme emblème national (Brésil, années 1920-1940)*. *Revue Actes de la recherche en sciences sociales*. 2010/1 (n° 181-182)

ROCHA, Gilmar. **Paisagens Corporais na Cultura Brasileira**. *Revista De Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 43, n. 1, jan/jun, 2012, p. 80-93.

SANTOS, Rodrigo dos. **Filosofia africana e etnofilosofia: Uma abordagem da concepção de Paulin Hountondji a partir do baraperspectivismo**. *DasQuestões*, n#4, ago/set 2016.

_____. **Trágico nos trópicos: trabalhando Nietzsche no Brasil** *Griot – Revista de Filosofia*, Amargosa, Bahia – Brasil, v.8, n.2, dezembro/2013. Disponível em: www.ufrb.edu.br/griot Acesso em 22 de maio de 2018.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

SOLIVA, Thiago. **Uma cultura dos contatos: sexualidades e erotismo em duas obras de Gilberto Freyre**. *Revista Bagoas*. n. 07 | 2012 | p. 309-329

SMITH, Andrea - **A violência sexual como uma ferramenta de genocídio**. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 195-230, jan./jun. 2014.

TADIAR, Neferti **“Sexual Economies of the Asia-Pacific,” in What’s in a Rim? Critical Perspectives on the Pacific Region Idea**, ed. Arif Dirlik (Boulder: Westview Press, 1993)

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

